

O eterno retorno dos choques energéticos

A União Europeia tem imensos motivos para querer implementar, o mais depressa possível, as metas ambientais do Acordo de Paris de 2015.

José Pedro Teixeira Fernandes | Público | 1 de Outubro de 2023

1. Um ano após a invasão russa da Ucrânia e o choque energético deliberadamente provocado por esta, os preços do petróleo e do gás natural pareciam estar a voltar a valores normais. Essa descida gradual dos preços foi muito bem-vinda no Ocidente. Em particular na União Europeia, ajudou a reduzir a inflação e a aumentar o rendimento disponível dos consumidores. Para além disso, uma descida dos preços dos combustíveis fósseis converge com o objectivo do Ocidente de asfixiar, o mais possível, pela via das sanções económicas, a economia da Rússia.

Numa altura em que a invasão russa se transformou numa longa guerra de exaustão, o esgotamento económico e financeiro da economia russa poderia ser decisivo para fazer parar a guerra e dar uma boa posição negocial à Ucrânia numa futura negociação política. Todavia, nos dois últimos meses, os preços da energia — em especial os preços do petróleo que serão aqui o objecto da análise — voltaram a subir significativamente colocando o preço médio do barril de petróleo acima dos 90 dólares. Nos mercados, investidores e especuladores parecem convictos de que o preço do barril de petróleo ultrapassará, nas próximas semanas, os 100 dólares. Com o aproximar do Inverno, onde há tipicamente maior consumo de energia, uma subida para esses valores do preço do petróleo de forma prolongada poderá trazer um novo choque energético, ainda que seja de amplitude menor do que o ocorrido em 2021 e 2022.

2. Para o Ocidente, largamente dependente de importações de petróleo e de gás natural — com a notável excepção dos EUA —, o modelo herdado da revolução industrial, assente em combustíveis fósseis, está estreitamente associado a uma má memória de múltiplos e traumáticos choques energéticos. O exemplo clássico é o da guerra israelo-árabe de Outubro de 1973 e do boicote de fornecimento de petróleo da Arábia Saudita e dos países da OPEP ao Ocidente, que vai fazer agora meio século. Apanhou de surpresa a generalidade dos países mais industrializados, EUA incluídos, deixando um rasto de crise económica, com inflação e desemprego elevados, que perdurou longos anos.

Para além dessa má memória dos choques energéticos, há a questão ambiental e de sustentabilidade do planeta. Hoje é inequívoco que o uso de combustíveis fósseis terá de ser drasticamente reduzido — idealmente eliminado —, de forma a permitir repor o equilíbrio ecológico. Por todas estas razões, simultaneamente de segurança energética e ambientais, a União Europeia tem imensos motivos para querer implementar, o mais depressa possível, as metas ambientais do Acordo de Paris de 2015. É nesse sentido que vão as medidas previstas no European Green Deal de 2019 e no REPowerEU de 2022. Nos EUA, encontram-se no Inflation Reduction Act de 2022. Mas o problema crítico desta transição energética é como a efectuar dentro das metas temporais previstas e

sem grandes choques energéticos durante o percurso. Estes desarticulam a economia e acentuam a pobreza e o mal-estar social, o que é também prejudicial para o próprio funcionamento e estabilidade das democracias.

3. No mundo de hoje, a competição, as rivalidades geopolíticas e as ambições de poder e de riqueza prevalecem sobre a cooperação e solidariedade humana genuínas. Exceptuada uma improvável alteração radical desse comportamento humano, é ilusório pensar que a transição energética se poderá fazer sem choques ao longo do percurso. Um diagnóstico realista impõe-se à União Europeia. Para além de tudo que os europeus possam fazer bem e rápido para adoptar energias não poluidoras do ambiente, necessitam, durante a transição, da colaboração activa dos produtores e dos mercados de energias fósseis.

Estes vão ser necessários durante longos anos para garantir o normal abastecimento de energia, o que lhes dá um poder crítico — estabilizador ou desestabilizador — no preço e regularidade da energia durante a transição. Nesta altura, o problema é que, mais ainda do que no passado, os interesses da União Europeia estão em acentuada dessintonia com os tradicionais produtores e exportadores da OPEP+, acordo que inclui a Rússia. A dessintonia ocorre porque nem os grandes exportadores de petróleo estão politicamente próximos do Ocidente — alguns estão até em clara rota de colisão — nem estes partilham da mesma visão do mundo e objectivos políticos. A guerra da Ucrânia e o posicionamento político do Sul Global mostram cruamente essa realidade.

Para além disso, também não colocam o mesmo grau de urgência na transição energética que a União Europeia e Ocidente colocam, pelas características das suas economias, pelo seu grau de desenvolvimento em geral bastante mais baixo e pelas suas reduzidas responsabilidades históricas na poluição do planeta. A sua prioridade, observável pelos comportamentos na prática, é a de maximizar receitas de vendas de combustíveis fósseis durante a transição energética. Muito provavelmente, a próxima 28.ª edição da Conferência das Partes (COP28) sobre mudanças climáticas, promovida pelas Nações Unidas — que será realizada no Dubai sob a [presidência](#) do sultão Ahmed Al Jaber, dos Emirados Árabes Unidos e CEO da Abu Dhabi National Oil Company —, mostrará a profundidade dessa divergência.

4. Está assim a União Europeia condenada ao eterno retorno dos choques energéticos? A questão tem tonalidades nietzschianas. Faz lembrar a ideia de que a existência humana se repetiria num ciclo infinito ao longo do tempo. Mas o eterno retorno dos choques energéticos, ou seja, o seu reaparecimento regular mais à frente, não tem nada de metafísico como na filosofia de Nietzsche. É bem mais prosaico. Ocorre, fundamentalmente, como já explicado, pelo desacerto entre a oferta e a procura nos mercados de energia — algo que a retirada do investimento nos combustíveis fósseis da União Europeia amplificou involuntariamente —, e também por acontecimentos geopolíticos, normais ou deliberadamente provocados.

Ao mesmo tempo, há percepções distorcidas nos europeus sobre a sua autonomia e segurança energética actual e futura. Importa ter muito claro que, durante a transição

energética, a União Europeia está especialmente vulnerável às contingências de dois mercados — o dos combustíveis fósseis e o das energias renováveis — e à enorme dificuldade de uma articulação harmoniosa e sem jogos de poder entre ambos, para garantir uma energia abundante e barata. Como já notado, independentemente do que é dito em público, não há vontade política dos grandes produtores de combustíveis fósseis da OPEP + de actuarem assim no mercado, facilitando a vida ao Ocidente.

Para além disso, está particularmente vulnerável aos efeitos negativos de duas geopolíticas: a velha geopolítica dos combustíveis fósseis e nova geopolítica das energias, que se intersectam durante a transição energética. Quanto à velha geopolítica dos combustíveis fósseis, tudo indica que se vai perpetuar no tempo mais duas ou três décadas, prometendo novos choques energéticos. Mas há uma nova geopolítica das energias renováveis que começa a ganhar contornos e não deixará também de criar problemas de segurança energética à União Europeia, ainda que sob outras formas. Um sistema energético baseado em energias renováveis e em redes eléctricas dará lugar a outras tensões geopolíticas (e a prováveis choques energéticos, ainda que mais difusos do que os actuais). Estas tensões são cada vez mais evidentes na competição global para controlar a produção e nas cadeias abastecimento de minerais e de outras matérias-primas críticas necessárias para sustentar o novo modelo energético.

<https://www.publico.pt/2023/10/01/mundo/analise/eterno-retorno-choques-energeticos-2065239>